

ISSN 1980315-X



**Impresso
Especial**

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

ADverso

Nº148 - JUNHO/2007

Com o desligamento da Andes e a fundação de um sindicato local, as associações de docentes da Ufscar e da UFMG abrem caminho para a construção de um novo movimento docente.

Nasce o sindicato local



Por que o Brasil não aprende?
Tião Rocha e a Pedagogia da Roda

Assessoria Jurídica agora na internet



Já está no ar o site do escritório de
assessoria jurídica da Adufrgs.

Acesse www.bordas.adv.br e confira.

O escritório atende diretamente na sede da Adufrgs na
Cidade Baixa todas as quartas-feiras pela manhã.

Agendamento pelo telefone: 3228 1188.

Bordas Advogados Associados

Praça da Alfândega, nº12, 10º andar

Centro - Porto Alegre/RS,

Tel.: 3212-9980/3225-8660

ADufrgs Seção Sindical da ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

30 ANOS
3000
SÓCIOS

ADufrgs SEÇÃO SINDICAL DA ANDES/SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

30 ANOS
3000
SÓCIOS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria
Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
2º secretário: Maria Luiza A. Von Holleben
1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
2º tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques
1º suplente: Mauro Silveira de Castro
2º suplente: José Carlos Freitas Lemos

ADverso

Publicação mensal impressa
em papel *Reciclato* 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

ISSN 1980315-X



Reportagem: Maricélia Pinheiro,
Clarissa Pont e Zaira Machado (RJP 7812)
Fotos: Clarissa Pont
Ilustrações: Telmo Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabricia Osanai

Discutindo a relação

O movimento dos trabalhadores brasileiros em associações e sindicatos tem início por volta da segunda metade do século passado e envolveu, inicialmente, as categorias dos setores público e privado com maior poder de arregimentação. Estas ficaram na vanguarda desses movimentos, servindo como modelos para outras que não dispunham dos mesmos meios. Não foi diferente com a categoria dos docentes das universidades públicas brasileiras, que nos piores momentos da ditadura militar, a partir da constituição de associações docentes locais, se organizou numa entidade nacional, a Andes, que teve um importante papel, juntamente com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na redemocratização brasileira.

Esse processo ocorreu antes da constituição da moderna organização política partidária, que posteriormente absorveu grande parte do debate que antes se travava no seio das organizações representativas de docentes, cientistas e pesquisadores. Por injunções da legislação sindical, que impede sobreposições de categorias dentro de uma mesma base territorial, nossa instituição nacional perdeu esta representatividade sindical, uma vez que pretende reunir sob sua égide entidades já representadas por outros sindicatos. Este impasse faz com que atualmente, as associações de docentes que funcionavam como seções sindicais da Andes/Sindicato Nacional, não tenham mais essa prerrogativa, uma vez que a entidade nacional não detém mais seu registro sindical.

As consequências desse fato são inúmeras e bem conhecidas sendo que a principal delas decorre da falta de legitimidade para propositura de ações judiciais coletivas em nome dos docentes. Também correm risco, em decorrência da falta do registro sindical, as ações em curso nas diversas instâncias judiciais, conforme a Adufrgs vem alertando sistematicamente. Estas razões, acrescidas de outras que envolvem a atual estrutura de funcionamento da entidade nacional, bem como suas relações com movimentos políticos-partidários, fazem com que se torne necessária e urgente a revisão de nossas relações com a entidade nacional.

Para isso é extremamente importante o início de um debate, o mais amplo e transparente possível entre a nossa comunidade, visando a busca de novos rumos para a nossa associação docente. Acreditamos que uma das opções possíveis que não retiraria as características de funcionamento da nossa associação docente, que tão legitimamente vem representando nossa categoria desde 1978, seria a sua transformação em um sindicato local, atendendo ao que prescreve a legislação sindical, o que respaldaria nossas ações, atuais e futuras em todos os sentidos. Lançamos, pois, esta proposição para debate de nossa comunidade, na expectativa de que o tema desperte o interesse, motivação e a reflexão necessária para a revitalização do movimento docente entre nós.

Diretoria da Adufrgs

4. Manifesto por um
Novo Movimento Docente

5. Entrevista
"Passamos a ser uma entidade
autônoma e independente"

ROBSON MATOS, presidente da Apubh,
fala sobre o processo de fundação do sindicato local.

8. Vida no Campus

10. Cotas na Ufrgs

12. Seguridade Social

13. Na roda, pode

Na terceira matéria desta série,
a revista Adverso foi atrás
de uma solução para um
Brasil que não aprende.
Graças a uma experiência
corajosa de ensino, um
pequeno e pobre Brasil,
aprende sim.

Entrevista com o
educador mineiro TIÃO ROCHA,
autor da Pedagogia da Roda.



17. Artigo

Mudar o plano para mudar a cidade
por Silvio Belmonte de Abreu Filho

20. Prestação de Contas

21. Decreto Reuni

22. Navegue

23. Orelha

24. Hipermídia
MPB sem fronteiras

26. Observatório

27. A História de Quem Faz

Professores lançam Manifesto por um Novo Movimento Docente

A insatisfação de uma parcela significativa de docentes com os caminhos políticos tomados pelas sucessivas direções da Andes nos últimos anos, além da absoluta impossibilidade de transformá-la em função de sua estrutura antidemocrática, levou, naturalmente, o movimento docente a uma divisão. Dessa discordância de ideais a serem defendidos nasceu, no final de 2004, o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), espaço onde professores das Ifes buscam defender os interesses específicos da categoria. Desde então, o Proifes tem conseguido cada vez mais espaço nas mesas de negociação, principalmente porque “parte do princípio de que não basta dizer ‘Não’ ao governo, é preciso apresentar alternativas e brigar por elas”.

A desfiliação da Andes à CUT, a estreita ligação que se estabeleceu entre a entidade e correntes partidárias, exacerbada pela filiação à Conlutas e, por fim, a inexistência de Registro Sindical, culminou no que já vinha tomando forma há algum tempo: desligamento de Seções Sindicais, fundação de Sindicatos Locais e tendência a formar uma Federação Nacional que os congregue. Foi o que aconteceu há alguns meses com a Associação de Docentes da Universidade Federal de São Carlos (Adufscar) e agora, mais recentemente, com a Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (Apubh).

Em matéria publicada na edição 146 da revista *Adverso*, a Assessoria Jurídica da Adufrgs alertou para o risco de seus filiados perderem ações na Justiça devido à ausência de Registro Sindical da Andes que, no caso, seria o sindicato que representaria os filiados de suas Seções Sindicais. Isso aconteceu em Minas Gerais, quando a Justiça negou à Apubh o direito de ingressar coletivamente com ação dos 3,17%. Talvez por isso, a maioria dos filiados desta AD tenha decidido transformá-la em sindicato e ter independência para definir os caminhos a serem tomados.

Como forma de chamar as ADs a refletir sobre uma possível mudança de rumo e a construção de um novo movimento docente, um grupo de professores de Ifes de várias partes do Brasil elaborou o chamado “Manifesto por um Novo Movimento Docente”, que já recebeu mais de 500 assinaturas. Segue abaixo o documento na íntegra e nas páginas seguintes uma entrevista com o professor Robson Mendes Matos, presidente do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh), na qual ele explica como ocorreu o processo de transformação da seção sindical em sindicato, desde a primeira assembleia realizada para avaliar o tema, e porque os professores da Apubh decidiram se desligar da Andes.

O texto do Manifesto foi publicado na Internet e pode inclusive receber novas adesões on line: www.novomovimentodocente.blog.br

MANIFESTO POR UM NOVO MOVIMENTO DOCENTE

“Uma verdadeira viagem de descobrimento não é encontrar novas terras, mas ter um olhar novo.”

Marcel Proust

Há mais de dez anos vem crescendo nas discussões, nas manifestações em assembleias gerais, e em muitos documentos produzidos, a demanda por um movimento docente que resgate a importância e as especificidades dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Necessitamos de uma entidade representativa, capaz de concretizar, em suas pautas de reivindicações e nos seus posicionamentos em geral, o pensamento da maioria dos professores. Uma entidade que se orgulhe das lutas vitoriosas do passado, das quais muitos de nós participamos, e, ao mesmo tempo, compreenda que a sociedade muda, as bandeiras se atualizam e novas estratégias e táticas precisam ser criadas; que seja crítica, combativa, dinâmica, inteligente e tenha a capacidade de defender, com eficácia, os interesses da Universidade Pública e dos seus docentes; que seja articulada com os problemas da sociedade brasileira e mundial, defendendo, inclusive, um projeto de país mais justo e menos desigual, no qual a universidade pública de qualidade tenha papel central, formando quadros e produzindo conhecimento; que lute ardorosamente pelos interesses dos que construíram as universidades federais brasileiras, agora aposentados, bem como pelos daqueles que nelas trabalham.

Tais preocupações têm ensejado sucessivas tentativas de dar novos rumos ao nosso movimento. Conscientes da necessidade de mudança e entendendo a impossibilidade de continuar presos às antigas estruturas, nós, professores de diversas universidades federais, propomos:

1. Lançar este Manifesto, conclamando os professores de todas as Ifes a se engajarem na construção de uma nova entidade nacional, de caráter federativo;
2. Iniciar estudos e ações visando a concretização deste objetivo;
3. Debater e divulgar entre os docentes das Ifes uma pauta de reivindicações compatível com projeto de desenvolvimento econômico e de inclusão social do país, que contemple: a reestruturação da carreira docente, com a valorização do mérito acadêmico; a Reforma Universitária, com a revitalização das Ifes, elemento institucional central do ensino superior brasileiro; e as condições salariais e de trabalho;
4. Realizar todas as articulações que se façam necessárias, em busca de aliados comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade;
5. Repudiar o aparelhamento de entidades docentes por partidos ou correntes políticas.

Nesses termos, damos conhecimento deste Manifesto a todos os docentes das Ifes e os conclamamos a se associarem a este projeto, que não se arroga o direito de definir qual é o melhor dos mundos, mas que não abre mão de defender sempre um mundo melhor.

ROBSON MENDES MATOS

“Passamos a ser uma entidade autônoma e independente”

Fotos Ze Du/APUBH



Professor do Departamento de Química da UFMG, Robson Matos tem um longo currículo acadêmico que inclui consultorias a periódicos internacionais e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Foi avaliador institucional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e secretário regional adjunto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cargo que ocupa atualmente. Um dos fundadores e vice-presidente do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) – entidade que nasceu a partir da insatisfação de uma significativa parcela de docentes das Ifes com a postura política da Andes – Matos é presidente do recém-criado Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh), antiga Associação Profissional dos Docentes da UFMG (Apubh). Nesta entrevista, ele fala sobre todo o processo que culminou no rompimento com a Andes e aposta na formação de mais sindicatos locais e de uma futura federação para consolidar um novo movimento docente.

por Maricélia Pinheiro

Adverso – Por que a Apubh decidiu fundar um sindicato local?

Robson Mendes Matos – Os professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) há muito clamam por uma melhor representatividade de seus docentes junto ao Governo Federal. A grande maioria acredita que o modelo de representação nacional pensado pela Andes está superado. Uma desfiliação pura e simples da Andes, como foi pensado em anos anteriores, trazia grandes temores, pois

poderia nos levar ao isolamento. Era preciso pensar um novo modelo de movimento docente. Foi assim que em 2004, após mais uma negociação mal feita pela direção da Andes, sob o ponto de vista dos docentes da UFMG, decidimos pela criação do Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). A idéia do Proifes logo foi encampada por vários colegas de outras Ifes. Desde então, o Fórum cresceu, obteve reconhecimento político tanto do Governo Federal quanto

de outras entidades. A organização em torno do Proifes mostrou que existe outra saída para o movimento docente. Entretanto, faz-se necessário nos organizarmos enquanto uma entidade sindical legal. O Proifes é apenas um fórum de discussão. Percebemos que a criação de uma federação que represente apenas docentes das Ifes é perfeitamente factível. Um sindicato local estará mais perto dos professores, portanto mais atento aos anseios da categoria. Outra motivação para a fundação de ►

um sindicato local é o fato de Andes não ser um sindicato, embora se autoprocamente sindicato nacional e venha tentando funcionar como tal frente ao Governo Federal e outras instituições. A Andes peleja há anos na Justiça para obter registro sindical, com pouca probabilidade de sucesso. É que eles se propõem representar, além dos professores das Ifes, os das instituições de ensino superior estaduais, municipais, confessionais, filantrópicas, comunitárias e privadas de ensino. Contudo, vários desses professores já são legalmente representados pelos Sindicatos dos Professores (Sinpro) de vários estados. Além disso, como uma mesma entidade pode representar interesses específicos tão distintos? E por último, porém não menos importante, a Apubh perdeu na Justiça algumas ações por falta de registro sindical, o que nos obriga a entrar com ações coletivas. Isso fez com que os professores da UFMG perdessem diversas ações judiciais, ações essas que foram ganhas por pequenos grupos de docentes. Alguns ganharam, mas a maioria perdeu. O prejuízo salarial advindo de tal situação foi enorme para grande parte dos professores.

Adverso – Como decorreu o processo? A decisão foi tranquila?

Robson Matos – O processo foi extremamente longo. Foram mais de dois anos até chegarmos à decisão final no último dia 10 de maio. Em março de 2005, o tema de desfiliação da Andes e fundação do sindicato local foi debatido em uma assembleia geral. Naquele momento, decidiu-se pelo aprofundamento das discussões levando-se o tema às diversas unidades acadêmicas da UFMG e cogitou-se até a realização de uma consulta eletrônica. A consulta eletrônica acabou não sendo realizada seguindo orientação da nossa assessoria jurídica, porém o assunto permaneceu em foco por muito tempo. O tema voltou fortemente à baila durante as eleições para a diretoria da Apubh, em abril de 2006, como uma das propostas do



ROBSON MATOS: “Um sindicato local estará mais perto dos professores, portanto mais atento aos anseios da categoria”

nosso grupo que acabou vencendo as eleições. Era hora, portanto, de arregaçar as mangas e partir para a execução da proposta. A Apubh possuía uma situação *sui generis* entre todas as associações de docentes (ADs) do Brasil. Tínhamos personalidade jurídica dupla, uma associação, a Apubh-UFMG, e uma Seção Sindical da Andes, a Apubh Seção Sindical (S. Sind.) Todavia, todo o patrimônio e todos os afiliados pertenciam à Apubh-UFMG. Após vários debates com a assessoria jurídica da Apubh, percebemos que a melhor estratégia seria a transformação da Apubh-UFMG em entidade sindical e fundação do sindicato local. Para tanto, era necessário modificar o estatuto da Apubh-UFMG. Assim sendo, necessitava-se realizar uma Assembleia Geral Extraordinária com a presença

de no mínimo 10% dos filiados em primeira convocação e 5% em segunda convocação. O primeiro conjunto de assembleias foi então convocado para dezembro de 2006, quando não atingimos o quórum mínimo. O quadro se repetiu no segundo conjunto de assembleias, realizadas em março de 2007. O fato de não termos obtido o quórum nessas duas tentativas não nos abalou, pois sabíamos que o debate estava ocorrendo e que o número de simpatizantes com a idéia só aumentava. Um novo conjunto de assembleias foi chamado para os dias 8 e 10 de maio deste ano. Finalmente atingimos o quórum mínimo na assembleia do dia 10 de maio, quando 171 professores assinaram a lista de presença. Para a grande surpresa de muitos, os presentes mostraram-se extremamente esclarecidos sobre o assunto. O encaminhamento da Diretoria para abrir inscrições para os debates foi derrotado em favor de proceder-se imediatamente à votação. Realizada a votação, a proposta de transformação da Apubh-UFMG em Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros foi vencedora com 121 votos favoráveis, quatro contrários e uma abstenção. A mesma assembleia

“A proposta de transformação da Apubh-UFMG em Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros venceu com 121 votos favoráveis, quatro contrários e uma abstenção”

elegeu a atual diretoria da Apubh para dirigir o sindicato até 16 de junho de 2008 e aprovou um estatuto submetendo as propostas de modificações para uma votação eletrônica, realizada entre os dias 18 de maio e 2 de junho com a participação de mais de 300 afiliados. Restava naquele momento fazer uma assembleia geral em Montes Claros, onde a UFMG possui um campus, para que os professores de universidades federais daquele município decidissem pela adesão ou não ao sindicato recém-criado. A assembleia em Montes Claros foi realizada no dia 31 de maio, quando se deliberou, por unanimidade, pela adesão ao Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros. Dessa forma, apesar de um longo processo, a decisão foi tranqüila, com muita reflexão e bastante debate político.

Adverso – O que muda, na prática, a partir de agora?

Robson Matos – A partir de agora, os professores da UFMG terão uma representação legal e de direito. Com a obtenção do registro sindical no Ministério do Trabalho, a Apubh terá o direito de entrar na Justiça com substituição processual. Isso significa que os professores não mais precisarão passar procurações aos advogados para que os representem em juízo. Um sindicato tem o direito de entrar na Justiça em defesa dos direitos dos profissionais que representa e, no caso de vitória judicial ou política, os ganhos e os benefícios serão estendidos a toda categoria. Além disso, a presença do sindicato nas negociações coletivas é obrigatória. Logo, os professores da UFMG estarão presentes nas mesas de negociação de salários e carreira junto ao Governo Federal, uma vez que ainda não temos uma federação. Hoje, a presença dos professores da UFMG nas negociações se faz de maneira indireta através do Proifes. Não podemos deixar de lembrar que num cenário cada vez mais provável de autonomia universitária, as negociações sobre carreira, salário, condições de trabalho e outras passariam a ser locais, ou seja, diretamente com as reitorias. Em tal cenário, um sindicato local representará muito. Com a nossa desfiliação da Andes, passamos a ser uma entidade autônoma e independente e os recursos que eram repassados para a Andes poderão ser revertidos em mais benefícios para os nossos afiliados.

“Do ponto de vista político, ainda há muito a ser feito. Nossa idéia é visitar o maior número possível de Ifes, promovendo o debate sobre a criação de sindicatos locais e tentando mostrar aos nossos colegas que um novo movimento docente é possível”

Adverso – Então, a fundação do sindicato significa, de fato, um rompimento com a Andes.

Robson Matos – Sim, ao promovermos a modificação do estatuto da Apubh-UFMG para a sua transformação em uma entidade sindical, a Apubh-S. Sind. acabou sendo extinta. Se aceitarmos a hipótese muito remota de a Andes ser considerada um sindicato, não faz qualquer sentido legal a coexistência de um sindicato local e uma Seção Sindical. Ademais, este era o desejo dos docentes da UFMG, devido ao alto grau de insatisfação quanto à postura política das últimas diretorias da Andes. Essa insatisfação é também constatada junto a colegas de várias ADs do País. Muitos são os motivos que levaram à desfiliação da Apubh. O principal deles é o afastamento da Andes de suas bases e seu isolamento político, causado pelos rumos de um movimento já sem vitórias políticas e materiais para os docentes. As críticas da diretoria da Andes desvinculam-se de propostas plausíveis e sua diretoria se mostra sectária ao se negar a participar das discussões com o Governo Federal. O afastamento da Andes de suas bases foi aumentando com a recusa da sua Diretoria passada em participar dos debates que levaram à elaboração do anteprojeto da Reforma do Ensino Superior, hoje no Congresso Nacional, e com as negociações salariais que acabam se tornando extremamente longas devido à relutância deles em chegar a um bom acordo. Atualmente, a Andes vem se recusando a participar da Mesa Nacional de Negociação Permanente, instituto que todos nós lutamos tanto para que fosse restabelecido. Os docentes da UFMG, dessa forma, vinham se sentindo desprestigiados e principalmente afastados do movimento docente.

Adverso – Quais serão os próximos passos e qual a perspectiva com relação a uma futura federação?

Robson Matos – Do ponto de vista legal, fizemos o registro do estatuto do

Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros no Cartório de Pessoas Jurídicas e fizemos o pedido de registro sindical junto ao Ministério do Trabalho. Do ponto de vista político, ainda há muito a ser feito. Nossa idéia agora é visitar o maior número possível de Ifes, promovendo o debate da criação de sindicatos locais, repassando a nossa experiência com o processo e tentando mostrar aos nossos colegas que um novo movimento docente é possível. Um movimento docente responsável, preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, das boas condições de trabalho, de bons salários e preocupado sobretudo com o objeto fim da existência de um sindicato: seus afiliados. Acreditamos que de nada adiantará o movimento feito pela Apubh se outras associações docentes não fizerem o mesmo.

Precisamos agora partir para a criação de uma federação. Não temos a pretensão de representar os docentes de todas as Ifes. Acreditamos que o sindicato local estará muito mais próximo à base e isso fará com que uma federação também esteja. Obviamente que o caminho escolhido por nós para chegarmos à desfiliação da Andes e à fundação do sindicato local não é o único. Cada AD tem as suas peculiaridades que devem ser estudadas com calma, mas com coragem.

O debate político sobre o tema exige acima de tudo coragem, pois é preciso vencer resistências das mais diversas possíveis, dentre elas destaco um certo saudosismo. Todavia, acredito estarmos muito próximos da fundação de uma federação. Hoje já somos dois os sindicatos locais, um na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e outro na UFMG. Precisamos de apenas mais três sindicatos locais para que tenhamos uma federação e há muito mais do que três ADs pensando na fundação do sindicato local. É só uma questão de tempo para terminarmos de escrever a história de um novo movimento docente. ■

CLÍNICA DE PSICOLOGIA

Ninguém sai sem ajuda ou orientação



Fundada há 30 anos com a finalidade de prestar atendimento às pessoas da comunidade que, por razões subjetivas, não têm acesso aos consultórios particulares, além de dar oportunidade de formação aos recém-graduados em Psicologia, a Clínica de Atendimento Psicológico da Ufrgs recebe hoje cerca de 200 pacientes novos por mês. Em três décadas, são quase 27 mil, cujas fichas se encontram cuidadosamente arquivadas, um detalhe que revela a dedicação e o zelo de quem abraçou a causa.

Quadros, panos de prato, peças em crochê e os mais variados tipos de artesanato estão por todos os cantos da Clínica de Atendimento Psicológico da Ufrgs. Nada pode ser jogado fora ou doado, pois são objetos dados em pagamento, por aqueles que não podem quitar em dinheiro. "A Clínica não é assistencialista. Aqui todos pagam o máximo que podem", ressalta a diretora e uma das fundadoras, Martha Brizio, para quem o ato de se dar algo em troca de um benefício recebido, faz com que o beneficiado valorize o que recebeu e se sinta valorizado por ter pago.

A equipe de trabalho conta com aproximadamente 130 profissionais, incluindo alunos da graduação, da extensão e da especialização, bolsistas, e voluntários. Há ainda uma equipe permanente formada por professores, psicólogos e funcionários técnico-administrativos e de apoio da Universidade. Atualmente, são oferecidos cursos de especialização em atendimento clí-

nico com ênfase em Terapia Sistêmica de Casal e Família, Psicanálise e Fonoaudiologia, e Psicopedagogia Clínica. A Clínica promove também oficinas de Teatro, Escrita e Música. Para 2008, está prevista a implantação de um curso de especialização em Clínica da Psicose e, em um futuro próximo, a criação de um hospital-dia.

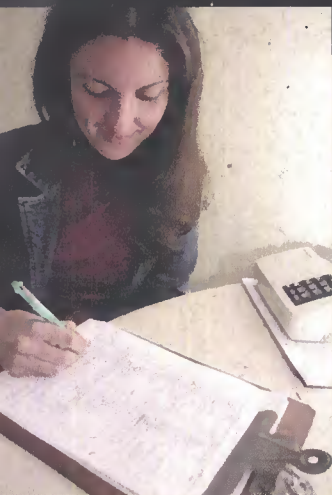
Martha Brizio conta com orgulho que a Clínica da Ufrgs, que segue a linha psicanálise, é pioneira no Brasil e tem servido de modelo para muitas outras, que adotaram até o mesmo dia da semana, quarta-feira, para atendimento ao público externo. Intercâmbios com a Escola Freudiana de Buenos Aires e Centro Ameghino, ambos na Argentina; instituições da França e da Itália; universidades de várias partes do Brasil e clínicas-escola de todo o Estado, públicas e privadas, possibilita a ida e vinda de alunos dos cursos de especialização, o que resulta em um processo de troca muito rico.

Atendimento

A Clínica de Psicologia da Ufrgs oferece atendimentos em psicologia, fonoaudiologia, psiquiatria, psicopedagogia clínica e terapia de família. Não há como definir um perfil das pessoas que procuram a Clínica, porque, segundo Martha, "cada um traz a sua singularidade e os casos são estudados um a um". Atende-se todas as patologias, exceto aquelas que precisam de internação, casos que a Clínica se encarrega de encaminhar para as unidades adequadas. No final, ninguém sai sem ajuda ou orientação. Esse detalhe, provavelmente, seja a razão para que 65% dos novos pacientes cheguem por indicação de quem já utilizou ou está utilizando os serviços da Clínica. Os demais vêm encaminhados pela rede pública de saúde, escolas, sindicatos, prefeituras e profissionais que atendem em consultórios particulares.

O COMEÇO

Em 1977, para cumprir uma exigência do MEC que condicionava a aprovação do curso de Psicologia da Ufrgs à instalação de uma clínica que prestasse serviços à comunidade e oferecesse continuidade de formação aos recém-graduados. Foi aí, que a então chefe do Departamento de Psicologia, professora Odair Perugini de Castro, designou uma equipe de três professores, coordenada por Martha Brizio, para esse trabalho. "Naquele tempo havia poucos psicólogos clínicos em Porto Alegre", lembra. No final do mesmo ano é fundada a Clínica de Atendimento Psicológico da Ufrgs, que iniciou suas atividades em uma única sala do antigo prédio da Filosofia, no Campus Central. Depois, passou a funcionar em um espaço no Instituto de Psicologia, no Campus da Saúde. "As duas primeiras instalações eram bem precárias", recorda Martha. Em meados da década de 90, finalmente ganhou sede própria, um prédio na avenida Protásio Alves, próximo ao Hospital de Clínicas, onde funciona até hoje. Mantida com recursos oriundos dos cursos de especialização e pagamento de consultas, a Clínica, segundo Martha, "está fundamentada na vontade e no desejo dos ex-alunos de continuarem com sua formação clínica, através de bolsas de estudo e projetos de extensão".



A Clínica de Psicologia da Ufrgs está aberta ao público todas as quartas-feiras, de 8h às 18hs e o atendimento é por ordem de chegada. O endereço é avenida Protásio Alves, 297, bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS. Mais informações pelo telefone (51) 3333.7025 ou através do e-mail clinicap@ufrgs.br.

Ao chegar pela primeira vez, o paciente passa pela chamada entrevista inicial, que pode durar uma, duas ou várias sessões. Nessa primeira fase, segundo a diretora, é feita "a escuta dos significantes", quando se observa as formações do inconsciente, como sintomas, atos falhos e sonhos. Para chegar à segunda etapa é preciso superar a fase da queixa e passar ao tratamento. "Os pacientes, em geral, vêm em busca de um 'vidrinho de felicidade' e às vezes custam a entender que o problema é subjetivo e que o profissional pode ajudar, mas quem vai resolver são eles", observa.

O diagnóstico, em alguns casos, pode indicar a necessidade de estudos complementares, é quando a Clínica encaminha o paci-

ente para setores específicos da Ufrgs, como a Genética, Neurologia ou Pediatria. Isso quer dizer que quem busca atendimento obtém não só o oferecido pela unidade, mas qualquer outro que exista dentro da área de saúde da Universidade. Mas o serviço não é gratuito, nem poderia ser. "O que é de graça não é valorizado", argumenta Martha. Para pagamento em dinheiro é estabelecida uma quantia máxima. Quem pode pagar além do estipulado é encaminhado aos consultórios de estudantes recém-formados, para que estes, ao saírem da Clínica, possam continuar trabalhando na área. E quem não dispõe de dinheiro, paga com a moeda do trabalho e da criatividade.

ACONTECE

Estudante da Ufrgs é 1º lugar no Enade

A estudante do curso de Teatro, do Instituto de Artes, Cristina Kessler Felizardo ficou em primeiro lugar no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A aluna, orientanda, em trabalho de conclusão de curso, pela professora Mirna Spritzer disse que ficou surpresa ao saber da classificação em primeiro lugar, no Brasil, entre todos os estudantes de teatro que realizaram o Enade.

Telefonia IP

A Ufrgs e outras 39 instituições de ensino e pesquisa brasileiras, distribuídas em 26 cidades, já podem se comunicar por voz via internet. Elas já estão conectadas ao fone@RNP, serviço de telefonia IP disponibilizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para as instituições usuárias da rede IPÊ. Através do fone@RNP, qualquer computador de instituição usuária da RNP pode se transformar em um terminal de telefonia IP, desde que esteja conectado à rede da instituição. Desta forma, é possível ampliar o número de ramais telefônicos existentes em uma organização. Mais informações no www.rnp.br/voip/usuario.html.

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade. Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

AÇÕES AFIRMATIVAS

Ufrgs aprova cotas

Em tumultuada reunião no dia 29 de junho, o Conselho Universitário da Ufrgs (Consun) aprovou o sistema de cotas sociais e raciais. Foram 43 votos a favor, 27 contra e nenhuma abstenção. A medida passa a valer a partir do vestibular de 2008 e reserva 30% das vagas de cada curso para alunos cotistas, sendo metade para os oriundos da rede pública e a outra para afrodescendentes que também tenham estudado em escolas públicas. Para os indígenas, serão disponibilizadas 10 vagas, disputadas através de um processo seletivo específico. A partir de 2009, este número pode ser elevado e em 2013 o sistema será revisto. Na opinião do reitor José Carlos Hennemann, a vitória foi da universidade e vai fortalecer ainda mais o Consun.

por Maricélia Pinheiro

A reunião, que deveria começar às 8h30, só pôde ser iniciada por volta de 11h30, depois que o reitor e o procurador-geral da Ufrgs, Armando Pitrez, voltaram da Justiça Federal com a revogação de uma liminar, expedida na véspera, que impedia a votação das cotas naquele dia. A liminar foi requerida por uma das conselheiras, Cláudia Thompson, aluna do pós-graduação, sob a alegação de que era preciso no mínimo cinco dias úteis para analisar a proposta a ser votada, de acordo com as normas do Consun. Segundo Pitrez, o principal argumento para a cassação da liminar foi o de que a proposta não era nova, já vinha sendo discutida desde a reunião passada, no dia 15 de junho. Diante desse fato, a conselheira se retirou da reunião e prometeu acionar a Justiça.

Na verdade, o texto da proposta trazia algumas modificações em relação à anterior, apresentada no dia 15 de junho, como percentual único de 30% a ser dividido entre cotas sociais e raciais e diminuição do tempo para avaliação dos impactos da medida. Para Celi Pinto, relatora da comissão que elaborou o documento, a segunda versão ficou melhor do que a primeira, porque conseguiu assimilar sugestões apresentadas na reunião anterior sem perder a sua essência. A proposta determina ainda que a universidade promova ações que visem apoiar a permanência dos alunos cotistas. Não haverá comissão raci-

al e a inscrição no sistema de cotas se dará através da autodeclaração. “Esperamos com isso estimular estudantes de escolas públicas, que muitas vezes não se sentem preparados para fazer vestibular na Ufrgs”, disse o reitor.

No dia 15, os manifestantes ocuparam o segundo andar e chegaram a impedir, por mais de uma hora, a saída dos conselheiros, revoltados com o adiamento da decisão. Como medida de segurança, no dia 29 as manifestações se concentraram no saguão e entrada do prédio da reitoria, no andar térreo, onde estudantes e militantes de movimentos sociais, munidos de faixas, camisetas, cartazes e bandeiras, pediam a aprovação das cotas. No final, o reitor e o vice-reitor, Pedro Fonseca, foram ovacionados pela multidão, que festejava ao som do batuque e do hip hop a decisão do Consun. O representante dos povos indígenas, Zaqueu Jóptry Claudino, da tribo Kaingang da Lomba do Pinheiro, em sinal de agradecimento, colocou um colar no pescoço do reitor e o saudou em nome de todo seu povo. “O índio, que sempre foi objeto de pesquisa, agora vai poder também ser pesquisador”, observou. As homenagens também vieram por parte dos umbandistas, presentes em ambas as reuniões. A estudante Luanda Sito, do GT Ações Afirmativas, lembrou que a luta não pára por aí, mas que a implantação das cotas foi um grande passo à frente.

Os fundamentos

O parecer sobre a adoção de políticas afirmativas, em especial as cotas raciais, que deu origem à proposta final votada pelo Consun, está fundamentado em estudos estatísticos, históricos e em pareceres de juristas renomados, embora muitos dos que são contra a medida tenham tentado contra argumentar. O documento ressalta que as ações afirmativas, presentes nas democracias mais modernas do mundo, são instrumentos legítimos e legais que permitem a aplicação dos princípios democráticos em cenários de grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais. Admite, porém, que são medidas emergenciais, não solucionam todos os problemas e “não têm a função de substituir reformas e programas necessários, para mudar, qualitativamente, as condições existentes”.

Sobre a dívida histórica que o País teria com o povo negro, um dos argumentos mais usados pelos que defendem a reserva de vagas para afrodescendentes, o estudo lembra que “a defasagem da integração dos ex-escravos, na estrutura formal de emprego e no acesso e permanência à educação formal, à escola, dentre outros fatores, consolidou o ‘lugar do negro’, ou seja, naturalizou a permanência desse grupo étnico nos estratos sociais mais baixos da sociedade, ainda que alguns, subvertendo essa lógica, conseguissem





Fotos Clarissa Pont



NO SAGUÃO DA REITORIA, multidão festeja aprovação das Cotas, enquanto o reitor é cumprimentado pelos conselheiros no final da reunião.

doso acompanhamento desses alunos, no sentido de lhes fornecer condições necessárias para um bom desempenho acadêmico. Para os indígenas haveria um processo seletivo específico.

A desigualdade em números

O debate sobre cotas raciais nas Ufrgs começou há mais de dois anos, quando se formaram blocos dos contrários e dos favoráveis. Os segundos, mais mobilizados politicamente, buscaram, através de vários meios, inclusive projetos de extensão, argumentos que justificassem a implantação do sistema de cotas. Assim surgiram o Conexões de Saberes e o GT Ações Afirmativas, cujos trabalhos subsidiaram a análise coordenada pela professora Celi Pinto.

No primeiro semestre de 2006, o projeto Conexões de Saberes realizou uma enquête entre os calouros na qual fazia a seguinte pergunta: "Qual a sua cor ou raça?". Mais de 90% se declararam brancos, menos de 2% pretos e pouco mais de 4% pardos. Juntos, pretos pardos e indígenas

somaram menos de 7%. Com esses percentuais, fica claro que a comunidade discente da Ufrgs não reflete a composição étnica da população gaúcha, onde existe um percentual de negros perto dos 13%. No Brasil, segundo dados do IBGE, negros e pardos representam hoje 48% da população brasileira.

Levantamento da Data Folha de 2006 apontou que 65% dos brasileiros apóiam as cotas raciais na universidade. No entanto, a aprovação diminui à medida que aumenta a renda familiar e a escolaridade dos entrevistados. Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), junto a docentes de quatro universidades que adotaram o programa de cotas raciais, revelou que os professores que tiveram contato com alunos cotistas são altamente favoráveis às cotas em relação àqueles que não ministraram aulas para este tipo de aluno.

Na Ufrgs, não foram feitas pesquisas oficiais que pudessem revelar o grau de aceitação da comunidade universitária em relação às cotas, mas na opinião da funcionária técnica-administrativa e militante do Movimento Negro, Maria da Conceição Fontoura, a implantação de ações afirmativas independe de pesquisas uma vez que foi deliberada na Conferência da ONU contra o Racismo, em 2001. "Economistas renomados já alertaram para a necessidade de se construir um Brasil mais equiparado. Trata-se de uma dívida histórica", ressalta a também diretora executiva da ONG Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.

Manifestações racistas

Nas duas semanas que antecederam a aprovação das cotas, a Ufrgs foi alvo de manifestações racistas, como pichações em muros e prédios. O caso foi parar no Ministério Público, que estaria também investigando frases de cunho racista veiculadas em páginas da internet que congregam alunos da Ufrgs. Em 2005, o estudante Gabriel Marchesi Lopes, do curso de Ciências Atuariais, ganhou destaque na mídia nacional por envolvimento em um dos mais sérios casos de racismo e anti-semitismo em uma universidade federal. Segundo informações do DCE, atualmente Gabriel seria um dos ativistas anti-cotas dentro da Ufrgs.

migrar para estratos médios e superiores".

De acordo com a análise, a melhoria do ensino e o acesso a cursos pré-vestibulares populares não têm sido suficientes para possibilitar o ingresso de negros e pobres em cursos superiores. Daí a necessidade de se tentar solucionar o problema no âmbito da universidade. "Na medida em que um dos objetivos primordiais da Universidade é o ensino superior, é dela que se espera as iniciativas de alargar essa porta de ingresso, mesmo mantendo o atual modelo de vestibular", justifica o texto.

A proposta de um Programa de Ações Afirmativas assegura a manutenção da qualidade acadêmica, uma vez que todos os alunos que chegarem à universidade através das cotas terão sido aprovados em todas as fases do concurso vestibular. Além disso garante a incorporação gradual de estudantes negros e indígenas e de egressos da rede pública e oferece cuida-

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Incerteza para os futuros aposentados

Um anteprojeto de lei que institui o Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), resultado da Reforma da Previdência de 1998, já circula por comissões do Executivo e em breve deve chegar ao Legislativo.

Avaliações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco) apontam para uma série de problemas na redação da proposta que, se não forem corrigidos, podem acarretar em perdas ainda maiores para os futuros servidores públicos aposentados.

Ignorar essa realidade e simplesmente barrar a proposta, pode levar à repetição do que aconteceu na Reforma da Previdência de 2003, quando muitos aspectos que poderiam ter sido melhorados não o foram devido à intransigência de alguns sindicatos que não aceitavam emendas na reforma. Através de sua assessoria jurídica, a Adufrgs promoveu há pouco tempo uma explanação do anteprojeto e seus desdobramentos, especialmente dirigida aos professores que ingressaram após dezembro de 2003. A entidade alerta seus associados para a necessidade de se promover um amplo debate sobre a proposta do governo, para que seja possível propor emendas em tempo hábil.

Várias são as questões problemáticas apontadas pelo Unafisco, a começar pela personalidade jurídica da Funpresp, definida no anteprojeto como de "direito privado", o que contraria a natureza pública indicada na Carta Magna. O caráter "natureza pública" se aplica apenas para "licitação e contratos administrativos, realização de concursos públicos para contratação de pessoal e publicação anual dos demonstrativos financeiros da Entidade de Previdência Fechada", explica o documento do Unafisco.

Outra é que o modelo de Fundo proposto abrange uma enorme diversidade de servidores com distintas remunerações, cargos e carreiras, portanto, com níveis diferenciados de responsabilidades no serviço público. Devido à complexidade e diferenças nas carreiras dos servido-

res públicos federais (SPFs) e nos interesses das corporações, uma única instituição de previdência complementar enfrentaria dificuldades para conciliar as distintas reivindicações. "O nível de complexidade aumenta ao colocar na mesma situação os servidores de todos os poderes federais e ainda permitir a inclusão de funcionários dos estados, do DF e dos municípios", diz o documento.

Os servidores contratados após a instituição do Fundo de Pensão, receberão da União, ao se aposentarem, até o limite previsto no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que era de R\$ 2.801,82 em abril de 2007. Na avaliação do Unafisco, ao utilizar o teto do RGPS para o servidor público, o governo estabelece uma isonomia entre trabalhadores do setor público e do setor privado, apesar de todas as diferenciações existentes na Constituição Federal (CF) e na Legislação Trabalhista. Para receber acima do teto, o servidor deverá aderir à Previdência Complementar e ao optar por esta, não pode voltar atrás, outro problema verificado na análise do Unafisco, que sugere que o projeto de lei possibilite a reversão.

Para atrair os atuais servidores ao novo regime de previdência, uma vez que a adesão por estes é facultativa, é previsto o pagamento de um

benefício especial diferido (BED), cuja fórmula de cálculo, que leva em conta 35 anos de contribuição, prejudica as servidoras públicas, que têm um tempo de contribuição de 30 anos. Assim, para que uma mulher ganhe o mesmo benefício de seu colega do sexo masculino terá que contribuir por mais cinco anos.

Não há clareza com relação aos critérios de organização do Fundo de Pensão e de como se dará a representação dos participantes. E existe uma incerteza quanto à renda da aposentadoria, pois o servidor sabe quanto vai pagar, mas não sabe quanto e como vai receber, caso opte pela modalidade Contribuição Definida, em que o valor do benefício final fica sujeito às oscilações dos mercados financeiros. Um detalhe não menos importante é que a aposentadoria pela previdência complementar não é vitalícia. Então, se um servidor com 65 anos se aposenta e opta por receber o benefício em 130 parcelas (10 anos), estimando que viverá até os 75, ficará sem este rendimento, caso continue vivo após a expiração do prazo.

Em resumo, com a implantação do Fundo de Previdência Complementar haverá três tipos de servidores: os já aposentados com benefício integral, os atuais que receberão incentivo para aderir ao regime de previdência complementar e os futuros servidores, que terão a aposentadoria limitada ao teto do RGPS. Como considerações finais, a longa análise do Unafisco aponta para um caminho incerto da aposentadoria do servidor público federal, que ficará restrita a uma conta individual em fundo de pensão, cujos recursos serão administrados pelo sistema financeiro. "Será a 'pá de cal' no regime de solidariedade entre os servidores e no pacto de gerações que há décadas sustentam a previdência no Brasil", alerta o texto.



Os documentos do Unafisco e do Dieese estão disponíveis na íntegra no www.adufrgs.org.br, seção Documentos/Previdência Complementar.

Na terceira matéria da série Por que o Brasil não aprende?, a revista Adverso foi atrás de uma solução. Graças a uma experiência corajosa de ensino, um pequeno e pobre Brasil, aprende sim.

por **Clarissa Pont**



• Na roda, pode



A fala de Tião Rocha, que construiu junto com a comunidade de Curvelo (MG) a Pedagogia da Roda, é entrecortada por diversas permissões. Pode, Tião? "Na roda, pode". E se, na roda pode, em vários outros lugares também. Pode em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, um dos lugares mais miseráveis do País. Pode na África ou em Portugal. Porque, segundo Tião, "aprender não deve ser doloroso". Longe de ser permissivo, o método garante educação com carinho e respeito. Método, aliás, é uma palavra que Tião corrigiria na hora, "porque educação não é receita de bolo". Mas pode ser receita de bolacha, quando diversas crianças aprendem a escrever fazendo biscoito. E pode? Pode.

Antropólogo por formação acadêmica, educador popular por opção política, folclorista por necessidade e mineiro "por sorte", Tião é cheio de idéias fervilhando sob o chapéu que ele nunca tira. A fala é mansa e as opiniões, fortes. Gosta de contrariar quem o felicita por conseguir tirar as crianças pobres da rua: "Lugar de menino é na rua. O que quero é mudar a rua, para que seja um lugar de convívio e solidariedade". Tião é o responsável pelo Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte (MG), com uma missão quase impossível: promover educação popular e desenvolvimento comunitário respeitando a cultura local, tomada como matéria-prima de ação pedagógica. No centro, brincar é a semente para que as pessoas fiquem juntas e se organizem. Na cozinha, na horta ou nas pequenas fábricas.

As reuniões eram sempre em círculo, o que deu origem ao primeiro pilar que ajudou a erguer o CPCD: a Pedagogia da Roda. "Na roda, todo mundo vê todo mundo. Todos falam e escutam, ninguém é excluído", explica Tião. Ali, não há eleição: sempre é buscado o consenso. "Se temos 20 pessoas e dez propostas, colocamos as dez em pauta e começamos pela mais urgente. Isso leva todo mundo a propor coisas" e a roda dá início às atividades do dia em todos os projetos do Centro.

Na cidade de Curvelo também surgiu outro aprendizado: a Pedagogia do Sabão. Quando Tião pediu às professoras relatórios avaliando as escolas, a resposta veio em forma de listas dos materiais que faltavam. "Perguntei se



para fazer educação elas precisavam daquilo tudo. Uma professora disse que havia vários produtos que qualquer um poderia fazer". Para que não faltasse material de limpeza na escola, a professora foi em frente e os alunos da quarta série fizeram sabão.

Assim surgiu o Projeto Fabriquetas (ou Núcleos de Produção de Tecnologias Populares), hoje presente nas cidades mineiras de Curvelo, São Francisco e Araçuaí. O projeto adaptou mais de 1,7 mil tecnologias populares de baixo custo. Os produtos, feitos por jovens e mulheres das comunidades, são vendidos pela Cooperativa Dedo de Gente, que reúne esses núcleos desde 1996. Para se tornar membro, é preciso integrar uma Fabriqueta. Esse preceito também é base do CPCD: "educação é algo que só ocorre no plural".

"Quando a minha filha estava na escola, a diretora disse no primeiro dia de aula, bem vindo à escola, as crianças são como uma página em branco onde devemos escrever um belo livro. Como alguém pode considerar uma criança uma página em branco se ela tem sete anos de sabedoria?", conta Tião. O respeito pelo conhecimento da criança e pela cultura da comunidade onde ela está inserida são fundamentais na Pedagogia da Roda. O projeto Sementinha foi o primeiro do CPCD e sempre funcionou nesta lógica, destinado às crianças de 4 a 6 anos que não são atendidas pela rede pública ou particular. Quando as primeiras crianças deixaram o Sementinha para entrar na escola, o CPCD decidiu acompanhá-las. Elas queriam continuar com as brincadeiras, e a ONG não oferecia atividades de reforço escolar. Resultado: no final do primeiro ano, todas repetiram. "Os pais queriam tirar as crianças do grupo, e vimos que a batata quente estava nas nossas mãos", conta o educador. A solução, mais uma vez, estava nas crianças. Um dos meninos do projeto, quatro vezes repetente da primeira série, não conseguia aprender matemática. "Só que ele era bom no jogo de damas. Pensamos: dama não é lógica? Inventamos um tabuleiro com números, peças com sinais de mais e menos e criamos um jogo", relembra Tião. O menino aprendeu a calcular e o jogo terminou na sala de aula, onde foi adotado. "Com a damática, o menino abriu a porta", diz. Brincadeiras são a base do ensino, para todos os educadores do CPCD. "Educação é uma coisa que só acontece no plural. Para que haja educação é necessário que haja no mínimo duas pessoas: o eu e o outro. E educação não é o que eu tenho nem o que o outro tem, mas aquilo que os dois conseguem trocar", resume Tião.

A conversa com Tião Rocha que segue aconteceu entre São Paulo, ao vivo, e Porto Alegre, por telefone. Aqui, o educador conta como a Pedagogia da Roda foi estruturada.

"Professor e educador são coisas diferentes"

Fui professor a vida toda. Em um determinado momento, trabalhando na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), me dei conta de que não queria mais ser professor, queria ser educador. Comecei a falar com meus companheiros da universidade sobre o meu desejo e eles respondiam que era a mesma coisa. E eu dizia, são coisas diferentes. O professor é aquele que ensina, o educador é aquele que aprende. E eu acho que nessa instituição a qual estamos ligados temos que aprender mais ainda. Temos que parar com aquela coisa de eu te cito, tu me citas e no final do mês sai mais uma tese, mais um artigo acadêmico que ninguém lê. Eu tive que tomar uma decisão na contramão de toda lógica e pedir demissão da universidade. Professor da universidade pública brasileira não se demite, espera a aposentadoria. Aí me disseram que não sabiam nem qual documento encaminhar até o MEC para uma demissão. Eu disse que sabia e fui. Isso tem 25 anos.

"Curvelo, cidade capital da minha literatura"

Saí com o desejo de aprender. Menino que fez de Guimarães Rosa sua base de leitura, eu queria conhecer o sertão e ver se os personagens existiam ali ainda, ou se estavam apenas nos livros. Fui para uma cidade chamada Curvelo, cidade capital da minha literatura, como dizia Guimarães Rosa. Encontrei poucos personagens, mas muita criança. Uma fartura de menino. Eles queriam aprender, mas não havia escola suficiente. Quando tinha escola, os meninos não conseguiam ficar, as aulas eram muito ruins. Aquilo começou a me angustiar porque todos os discursos que se ouvia eram no sentido de mais verba para a educação. Votem em mim que eu vou construir mais escolas. E eu via que não era esse o caso. Um dia, sendo entrevistado pela rádio local, eu levantei essa questão. É possível fazer educação sem escola? A pergunta ficou no ar. Será que a gente pode fazer uma escola embaixo de um pé de manga? Na segunda-feira, apareceram 26 pessoas para conversar. Curioso, dona de casa, professor, gente à toa. Sentamos numa roda e começamos a conversar. Eu anotava tudo. No final da semana, fiz uma lista de tudo que nós havíamos dito e tirei o sumo daquilo. Percebi que a gente não falava da escola que gostaríamos de ter, e sim da escola que a gente gostaria de não ter tido. Transformei aquilo em não objetivos educacionais. A Pedagogia da Roda tem 23 anos, construída a partir de uma escola embaixo de um pé de manga em Curvelo. Depois, tanto a Pedagogia quanto os projetos foram sendo replicados em várias regiões e em várias condições. Em área urbana, em zona rural, grandes centros, pequenos cidades. A Pedagogia foi se consolidando e se afirmando. Os projetos Ser Criança e Sementinha estão em mais de 20 municípios brasileiros, de cinco diferentes estados. Fora do Brasil também, em Moçambique, Guiné Bissau e Portugal.

"Eu paulofreiro, tu paulofreiras..."

Dividimos as 26 pessoas em grupos de aprendizes. Fomos para as comunidades, sentamos com as pessoas e começamos a conversar e a estabelecer o primeiro objetivo operacional que era fazer ação e reflexão. Praticar Paulo Freire. A gente nunca utilizou Paulo Freire como receita. Na realidade, eu nunca entendi Paulo Freire como método, mas como jeito de olhar o mundo e olhar a vida. A educação não é um meio, é um fim em si. As pessoas, para serem educadas, têm que aprender umas com as outras. A questão do aprender fazendo, com a cultura como matéria-prima importante. Para nós, Paulo Freire deixou de ser uma pessoa e virou um verbo. A gente inclusive só conjuga esse verbo no presente do indicativo, em todas as pessoas. Eu paulofreiro, tu paulofreiras, ele paulofreira, nós paulofreiramos, vós paulofreirais, eles paulofreiram. Não se conjuga paulofreiraria, nem paulofreirarei. Ou você faz, ou não faz.

"Sentou na roda, é educador"

E foi isso que a gente começou a fazer, em uma roda onde todo mundo se vê. Aí surgiu o primeiro grande aprendizado nosso que foi a construção da Pedagogia da Roda. A gente descobriu que uma roda não faz eleição, faz consenso. Nós podemos estudar tudo, só temos que organizar a ordem do aprendizado. Democracia é muito bom em outros processos, em uma roda não funciona porque é excludente. Os perdedores saem da roda porque não venceram. Nós começamos a praticar isso. No final de um ano, podíamos responder afirmativamente: é possível fazer educação sem escola. É possível fazer uma escola embaixo de um pé de manga. Mas aprendemos também uma coisa fundamental, que boa educação só se faz com bons educadores. Infelizmente o contrário acontece também, maus educadores fazem caca educacional. E onde é que estão essas pessoas? Nós temos que formá-las. Nosso conteúdo é a cultura da comunidade, a cultura dessa escola. E nós entendemos a cultura da comunidade como os saberes os fazeres e os querereres de todas as pessoas que sentam na roda. Sentou na roda, é um educador. ▶

ARAÇUAÍ:

TIÃO E AS CRIANÇAS DA RODA EM UMA DAS FABRIQUETAS DO NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE TECNOLOGIAS POPULARES



Arquivo pessoal CPD



Tais Vicari

SEGUNDO TIÃO, "NÃO PRECISA DE ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO. ESCOLA PODE SER NO MEIO DA RUA, EMBAIXO DO PÉ DE MANGA, NÃO PRECISA NEM DE PRÉDIO".

**"E como é que faz
biscoito escrevido?"**

Depois da Pedagogia da Roda e da Pedagogia do Brinquedo, veio a Pedagogia do Abraço. As pessoas não sabiam o que era cafunê, e quem não sabe o que é cafunê não sabe fazer no outro. Então criamos a Oficina de Cafunê, que é algo fundamental. A outra foi a Pedagogia do Sabão. Nas comunidades mais pobres que se pode imaginar, pode faltar tudo, até sabão. Como é que a gente faz sabão? Pensando assim, já construímos mais de 1,7 mil tecnologias de baixo custo. Metade delas os meninos fazem com as mãos para trás, brincando. O menino de 10 anos aprende a fazer queijo. Nós fomos juntando esses processos e há nove anos fomos para Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, que é classificado como um dos cinco maiores bolsões de pobreza do mundo. É um lugar para ficar no atraso. A estatística dizia o seguinte: 96,7% dos meninos que estudaram oito anos estavam em estágio crítico ou insuficiente. Somente 3,3% dos meninos, depois de oito anos de escola, atingiam o grau de suficiência. De excelência não tinha nenhum. Criamos uma UTI educacional e começamos a chamar a comunidade para fazer parte. Aí é simples: o que a senhora pode fazer para ajudar o menino a sair dessa fase? Eu não sei fazer nada não moço, eu também sou analfabeta. Mas não sabe fazer nada? Ah, eu sei fazer biscoito. E como é que faz biscoito? Biscoito de polvilho, de goma. Como é que chama esse biscoito? Biscoito escrevido. O menino não pode ajudar? Ao invés de eles desenharem, poderiam escrever o nome. Pode? Pode. Aprende a receita, e escreve o nome: Antônio. Pode? Pode.

**"A escola
está no formol"**

Experiências como essas são fundamentais porque não só questionam o modelo formal de educação e escolarização que nós temos, mas propõem saídas alternativas, criativas, inteligentes. Esse é o grande mérito de todos esses trabalhos, é a gente mostrar alternativas para um sistema que não é só formal, mas é formol. Morreu e a gente conserva dentro do formol. Não é o conceito da educação, mas o conceito da escolarização, a questão da escola pronta e preparada independente das pessoas que vão frequentá-la. Você imagina qualquer menino aí de Porto Alegre que vai à escola pela primeira vez. Não importa de onde ele vem, o que ele sabe, nem qual é a vida dele, a escola já está pronta. Você bota as pessoas dentro daquilo e elas têm que aprender. A Escola da Ponte, por exemplo, mostrou que é possível mudar dentro do sistema que está engessado. O CPCD mostra que é possível ir além, não precisa de escola para a educação. Precisa de aprendizagem, escola no meio da rua, escola embaixo do pé de manga, não precisa nem de prédio. ■

Mudar o plano PARA MUDAR A CIDADE

por **Silvio Belmonte de Abreu Filho**

Doutor em Arquitetura pelo PROPAP, Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e representante da UFRGS no CMDUA.



Fotos Clarissa Pont

Nos últimos meses, um acirrado debate público vem colocar o Plano Diretor no centro de uma disputa feroz, envolvendo sua revisão. Os campos parecem bem definidos, mas os argumentos e estratégias nem sempre são tão claros. Para entender, é preciso voltar ao início da década de 90, na transição do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA).

O PDDUA responde ao esgotamento do 1º PDDU como instrumento de regulação do desenvolvimento urbano da cidade nas novas condições do final do século XX. Produto do período autoritário e filiado ao planejamento integrado e sistêmico dos anos 70, o 1º PDDU operava uma violenta redução no aproveitamento construtivo, e acabou revisado em 1987. O processo foi casuístico, utilizando artifícios para aumentar as alturas e potenciais construtivos, transformando o Plano numa "colcha de retalhos" com escassa coesão interna e compatibilidade em seus dispositivos.

Nos anos 90, a nova administração do Partido dos Trabalhadores colocou a reforma do Sistema de Planejamento – e do Plano Diretor, no centro de seu projeto estratégico, incorporando a emergência de novos temas como a participação popular, a inclusão sócio-econômica, a sustentabilidade sócio-ambiental (pela Agenda 21 das Nações Unidas) e a articulação entre setores público e privado. A partir do *Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte* em 1993, e dos *Congressos da Cidade* em 1993 e 1995, grupos temáticos de trabalho detalharam um projeto estratégico em 1996, que foi discutido em diversos foros, transformado em

Projeto de Lei e encaminhado à Câmara em 1997. Em quase dois anos de discussões e emendas, estabeleceu-se uma aliança tácita com setores da construção civil e do mercado imobiliário, e o projeto foi aprovado no final de 99 instituindo o PDDUA. O texto aprovado distancia-se dos princípios originais, e gerou críticas na Universidade, no IAB e em setores técnicos.

O novo Plano traz modificações importantes no Modelo Espacial, na divisão territorial, instrumentos de controle urbanístico e instrumentos de gestão. Tenta uma mudança de paradigma, abandonando a idéia de cidade "moderna" perseguido nos dois planos anteriores em favor de um modelo ainda não totalmente explícito ou homogêneo. A indefinição reflete a ausência de paradigma hegemônico em urbanismo no final do século XX, e a disputa entre correntes e grupos ideologicamente distintos em seu longo período de elaboração, consultas e aprovação, com consultorias externas do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAP), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e Departamento de Urbanismo da UFRGS, Fundación CEPA da Argentina, representantes de entidades, comunidades e setores, equipes técnicas de diferentes órgãos da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores.

Os instrumentos de controle urbanístico são os mesmos do Plano Diretor de 1959, mantidos no 1º PDDU e agora atualizados ainda no conceito de indução ao edifício isolado com afastamentos proporcionais à altura. Foi estabelecida uma distinção entre "base" e "corpo" do prédio, e aproveitamentos e ocupações foram ►

levemente aumentados; os primeiros sob o argumento da incorporação de áreas antes bonificadas¹, e as segundas procurando acomodar as pressões por estacionamentos na “base” dos prédios. As alturas foram aumentadas em diversas zonas, e passavam a ser reguladas por um regime de gabaritos (“volumetria”), e não mais por pavimentos.

Apesar dos aumentos nominais não serem tão altos, a possibilidade de aporte de solo criado em praticamente toda a cidade tornou-os, na prática, incrementais. Em áreas com incentivo ao aporte de índices (nos “Corredores de Centralidade” e em zonas mais visadas pelo mercado imobiliário), resultou em alturas e aproveitamentos até duas vezes maiores que os do 1º PDDU, rompendo abruptamente o perfil de alguns bairros tradicionais. A ruptura ocorre aleatoriamente, com “edifícios-testemunho” dispersos em meio a um tecido consolidado em padrões muito mais baixos, nos poucos terrenos disponíveis capazes de acomodá-los. Como o incremento não corresponde a um projeto estratégico claro, a nova paisagem não chega a ser entendida, e sua aparente falta de lógica espacial apenas evidencia a lógica subjacente do mercado imobiliário buscando a rentabilidade máxima nas melhores localizações, sem nenhuma idéia ou estratégia estrutural de maior hierarquia a guiá-la ou orientá-la. A iminente revisão do plano ameaça deixá-los assim, como “testemunhos” de idéias fora do lugar.

O novo regime urbanístico favoreceu os padrões de modelagem imobiliária hegemônicos na virada do século. A facilidade de aporte de índices e os novos gabaritos atendem ao modelo de empreendimento em uma, duas ou mais torres, concentrando investimentos e canteiros para a criação de ambientes “controlados”, em ilhas progressivamente autônomas dentro da cidade, na estratégia espacial mais efetiva do plano. Para o Instituto Brasileiro de Arquitetura (IAB), o Plano “*privilegia a mercantilização do solo urbano em detrimento de todos os outros aspectos*” da vida da cidade, e é “*peça de agressão à forma urbana e à identidade cultural de Porto Alegre*”, devendo ser revisado.

Algumas foram posteriormente mantidas, como as sacadas até determinada profundidade, agora passíveis de fechamento, e assim incorporadas de fato às áreas sociais das unidades. As áreas computáveis no índice viraram “áreas adensáveis”, as demais “não adensáveis” e limitadas a 50% das primeiras, e os estacionamentos incentivados como “isentos”, praticamente sem limite.

As reações à implantação dos novos prédios foram intensas, especialmente nos bairros mais consolidados; onde o impacto dos novos gabaritos de altura era mais visível e dramático, e ativaram uma série de movimentos de bairro a pressionar pela revisão imediata dos dispositivos do Plano. Como o próprio PDDUA já previa revisões periódicas, a primeira Conferência de Avaliação do Plano Diretor foi realizada em 2003, com participação institucional e de movimentos e grupos sociais, entidades e organizações não-governamentais. Foram identificados cinco temas para a revisão, gerando Grupos de Trabalho: Projetos Especiais; Malha Viária; Plano Regulador; Estatuto da Cidade, e Paisagem Urbana: Alturas/Áreas de Interesse Cultural.

O GT1 classificou os Projetos Especiais de Impacto Urbano em três grupos conforme o grau de impacto, e definiu as exigências de estudos prévios de avaliação e os padrões espaciais de enquadramento dos empreendimentos. O GT2 limitou-se à classificação funcional das vias, identificando e hierarquizando as vias de transição e arteriais da Malha Viária Básica para complementar o esquema de Mobilidade Urbana do Plano, excessivamente diagramático. O GT3 tratou das regras urbanísticas do Plano Regulador, apontando distorções, necessidade de ajustes nas normas para atender críticas, compatibilização com as leis e resoluções aprovadas em sua vigência, e facilitar a compreensão do texto, simplificando-o. Aí, a polêmica limitou-se à questão do fechamento das sacadas. O GT4 tratou da adequação do Plano às normas previstas na Lei Federal do Estatuto da Cidade; algumas já faziam parte do Plano, outras foram incorporadas (Direito de Preempção, Direito de Superfície e Consórcio Imobiliário), ou ficaram como recomendações de estudos complementares.

O GT5 reuniu os dois temas mais polêmicos, as alturas das edificações e as Áreas de Interesse Cultural. Atendendo às pressões dos movimentos de bairro, as alturas na maior parte dos bairros ao interior da 3ª Perimetral foram reduzidas de 52 metros para 45, 33 ou 27 metros, com aumento dos recuos, mantendo-as nas principais avenidas. No restante da cidade, foram mantidos os gabaritos vigentes, para futura revisão. As Áreas de Interesse Cultural respondem às preocupações com a crescente descaracterização de bairros e espaços significativos para a memória da cidade, identificando-os, definindo seus limites e regimes urbanísticos específicos. A partir de trabalho do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC) e Ritter dos Reis, que resultou num decreto municipal, as quase 170 áreas identificadas foram desdobradas em dois grupos, Áreas de Interesse Cultural (AICs), com patrimônio



cultural a ser preservado, e Áreas de Ambiência Cultural (AACs), de transição entre aquelas e o resto da cidade.

O número, extensão e abrangência das áreas identificadas, e as indefinições espaciais e conceituais que envolvem, demandam mais estudos técnicos e precisão metodológica. Não está claro, em cada caso, o que se quer preservar: a paisagem urbana, determinados visuais ou ambientes, características morfológicas ou edificações específicas, de canais urbanos, lugares ou áreas homogêneas. Em cada situação, tanto a identificação do âmbito e de seus limites, quanto os instrumentos e regimes urbanísticos adequados à preservação são distintos, e requerem maior definição.

As Resoluções dos GTs e as propostas de alterações foram detalhadas pelos técnicos municipais, sistematizadas no início de 2007, e levadas apressadamente a debate em apresentações no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDUA), nos Fóruns Regionais de Planejamento, e em alguns órgãos e entidades. Fixou-se prazo exíguo para apresentação em Audiência Pública, atribuída de caráter deliberativo pelo Secretário de Planejamento.

As alterações propostas nas alturas e outros dispositivos do Plano geraram forte reação do mercado imobiliário, com o manifesto *"10 motivos para dizer NÃO à proposta de alteração do Plano Diretor de Porto Alegre"*. A proposta é taxada de elitista, antieconômica e prejudicial ao desenvolvimento da cidade, reiterando argumentos centrados na perda de capacidade construtiva dos terrenos pela redução nas alturas, o que é apenas parcialmente verdadeiro. O manifesto definiu o campo contrário à proposta, que passou a montar sua estratégia em curiosa aliança de classe com o sindicato dos trabalhadores na indústria da construção.

O campo favorável à proposta foi assumido pelo IAB-RS, que divulgou em maio manifestação sobre a alteração do PDDUA, sob o título *"A cidade não é mercadoria"*. O IAB destaca a legitimidade da Conferência de 2003, a qualidade e o papel central do trabalho técnico realizado, ressalva a modéstia no tema *"Malha Viária"*, e elogia a qualidade das proposições para os outros temas. Nas *"Áreas de Interesse Cultural"*, apóia o conceito e sua delimitação com regimes diferenciados, mas considera a proposta incompleta, mal organizada e apresentada sem a *"profundidade e o cuidado que o tema merece"*, defendendo o Decreto Municipal em vigor e a realização de novos estudos. Recomenda a aprovação da proposta do Município, mas questiona a forma de apresentação em Audiência Pública com poderes deliberativos, alertando para os riscos de manipulação, e refuta a argumentação utilizada pelos *"interesses econômicos e especulativos contrariados"* em suas

manifestações públicas, tachando-a de parcial, sofismática, distorcida e falaciosa.

As atribulações da Audiência Pública do dia 26 de maio de 2007 confirmaram os temores do IAB. Forma de credenciamento, acusações de transporte e alimentação de participantes, manipulação e direcionamento de votações, intimidações e constrangimento de minorias causaram manifestações de protesto de entidades, grupos e movimentos sociais preteridos, e setores técnicos, e levaram à intervenção do Ministério Público através de Ação Civil Pública contra a Prefeitura para anulação da Audiência.

Após sucessivos adiamentos, acusações e trocas de local, reuniões entre a Prefeitura e Ministério Público levaram a um acordo, que permitiu a continuação da Audiência Pública em 16 de junho, com compromisso de nova votação dos itens aprovados na sessão anterior. Com o boicote de grupos sociais e setores prejudicados, a Audiência referendou os resultados da anterior e concluiu a votação das propostas, com a aprovação em bloco das emendas propostas pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) e seus aliados em todos os temas não consensuais com a proposta original da Prefeitura. Após sistematização pela Secretaria Municipal de Planejamento, a proposta passa pela análise do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), que tem legitimidade para revisá-la, e vai ao Prefeito, que ultimarà o projeto de lei para apreciação pela Câmara de Vereadores no 2º Semestre. Nesse percurso, o debate muda de âmbito, a proposta pode ser melhorada, mas é difícil que recupere o foco, perdendo-se a oportunidade de confrontar idéias de cidade, visões de futuro e estratégias espaciais para alcançá-las.

O PDDUA não é um plano estratégico para o desenvolvimento urbano, nem conta com uma imagem clara e consistente da cidade que pretende. As alterações propostas modificam dispositivos referentes ao regime urbanístico (especialmente alturas e recuos), à destinação de áreas nas edificações (a falsa polêmica das sacadas), e ao enquadramento de Projetos e Áreas Especiais, de forma casuística e reativa, sem tocar nas inconsistências do modelo espacial. As modificações não foram votadas como a Prefeitura queria, resultando numa composição na qual o Sinduscon cedeu um pouco em relação aos níveis construtivos vigentes, para manter essencialmente o que lhe interessava. O resultado ilustra os limites do processo de participação popular direta na definição de matérias técnicas, alertando para os riscos de manipulação ou direcionamento de votações sempre presentes em *"assembléias"* deliberativas, que desta vez voltou-se contra grupos que geralmente delas se beneficiaram, lembrando a história do Aprendiz de Feiticeiro. ■



PRESTAÇÃO DE CONTAS



ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2007

RUBRICAS / MESES	FEV
ATIVO	3.428.463,71
FINANCEIRO	3.168.952,09
DISPONÍVEL	1.254.043,09
CAIXA	3.981,81
BANCOS	315.857,26
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	934.204,02
REALIZÁVEL	1.914.909,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	1.876.323,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.876.323,58
ADIANTAMENTOS	6.088,68
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.188,68
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	900,00
OUTROS CRÉDITOS	31.929,04
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	31.929,04
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	567,70
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	567,70
ATIVO PERMANENTE	259.511,62
IMOBILIZADO	244.798,72
BENS MÓVEIS	258.103,71
BENS IMÓVEIS	140.376,59
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(153.681,58)
DIFERIDO	14.712,90
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(13.784,32)

PASSIVO	3.335.127,25
PASSIVO FINANCEIRO	30.377,37
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	16.624,51
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	8.303,85
CREDORES DIVERSOS	8.320,66
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	13.752,86
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	13.752,86
SALDO PATRIMONIAL	3.304.749,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.960.080,88
SUPERAVIT ACUMULADO	344.669,00

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	FEV	ACUMULADO
RECEITAS	164.339,76	333.294,20
RECEITAS CORRENTES	133.934,72	267.832,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	133.934,72	267.832,24
RECEITAS PATRIMONIAIS	22.673,50	51.594,53
RECEITAS FINANCEIRAS	22.673,50	51.050,21
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	544,32
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	4.559,60	9.517,99
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	4.559,60	9.517,99
OUTRAS RECEITAS	3.171,94	4.349,44
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	3.171,94	4.349,44
DESPESAS	121.040,69	239.957,74
DESPESAS CORRENTES	121.040,69	239.957,74
DESPESAS COM CUSTEIO	30.440,55	69.515,55
DESPESAS COM PESSOAL	16.855,19	35.051,34
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	3.994,60	9.865,08
DESPESAS DE EXPEDIENTE	647,31	1.395,12
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	580,31	1.827,10
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.890,00	7.780,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	2.131,30	8.093,00
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2.031,86	4.059,20
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	287,79	1.195,51
ENCARGOS FINANCEIROS	22,19	249,20
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	43.116,27	75.767,12
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	889,87	2.170,75
DESPESAS COM VIAGENS	6.113,48	9.500,13
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	2.071,00	7.388,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	150,00	821,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	29.875,81	48.471,13
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	616,11	616,11
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.400,00	6.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.483,87	94.675,07
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	28.544,16	57.080,84
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.524,11	14.758,83
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.415,60	22.835,40
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	43.299,07	93.336,46
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	93.336,46	93.336,46

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418



ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UFRGS
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2007

RUBRICAS / MESES	MAR
ATIVO	3.467.743,21
FINANCEIRO	3.208.377,90
DISPONÍVEL	1.276.226,34
CAIXA	3.561,49
BANCOS	302.663,27
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	970.001,58
REALIZÁVEL	1.932.151,56
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	1.894.429,16
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.894.429,16
ADIANTAMENTOS	5.588,68
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.188,68
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	400,00
OUTROS CRÉDITOS	31.755,28
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	31.755,28
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	378,44
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	378,44
ATIVO PERMANENTE	259.365,31
IMOBILIZADO	244.943,83
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS MÓVEIS	142.277,59
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(155.437,47)
DIFERIDO	14.421,48
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(14.075,74)

PASSIVO	3.336.135,03
PASSIVO FINANCEIRO	31.385,15
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	16.357,04
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	6.471,62
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	341,06
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	350,00
CREDORES DIVERSOS	9.194,36
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	15.028,11
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	15.028,11
SALDO PATRIMONIAL	3.304.749,88
ATIVO LÍQUIDO REAL	2.960.080,88
SUPERAVIT ACUMULADO	344.669,00

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	MAR	ACUMULADO
RECEITAS	168.582,57	501.876,77
RECEITAS CORRENTES	135.156,15	402.988,39
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	135.156,15	402.988,39
RECEITAS PATRIMONIAIS	27.781,75	79.376,28
RECEITAS FINANCEIRAS	27.781,75	78.831,96
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	0,00	544,32
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	877,80	10.395,79
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	877,70	10.395,79
OUTRAS RECEITAS	4.766,87	9.116,31
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	4.766,87	9.116,31
DESPESAS	130.310,85	370.268,59
DESPESAS CORRENTES	130.310,85	370.268,59
DESPESAS COM CUSTEIO	35.747,47	105.263,02
DESPESAS COM PESSOAL	18.779,19	53.830,53
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.135,18	14.000,26
DESPESAS DE EXPEDIENTE	1.108,72	2.503,84
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	1.149,50	2.976,60
SERVIÇOS DE TERCEIROS	6.280,00	14.060,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	737,98	8.830,98
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2.047,31	6.106,51
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.469,79	2.665,30
ENCARGOS FINANCEIROS	39,80	289,00
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	46.825,45	122.592,57
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.537,06	3.707,81
DESPESAS COM VIAGENS	20.524,48	30.024,61
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3.480,00	10.868,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	1.225,00	2.046,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	16.343,71	64.814,84
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	315,20	931,31
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.400,00	10.200,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.737,93	142.413,00
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	28.798,22	85.879,06
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.524,11	22.282,94
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.415,60	34.251,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	38.271,72	131.608,18
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	131.608,18	131.608,18

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

DECRETO REUNI

Reitores negociam alterações com governo

Duas medidas do governo federal voltadas para a ampliação do ensino superior público, o Decreto Reuni e o Banco de Professores-Equivalente, têm recebido algumas críticas no que diz respeito às formas de implementação. Os detalhes estão sendo negociados com o MEC e existe a possibilidade de acordo entre governo e dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Na Ufrgs, a posição sobre o tema é bem clara. Concorde-se com a filosofia; mas discorda-se de alguns caminhos propostos para se atingir o objetivo final. Segundo o vice-reitor Pedro Cezar Dutra Fonseca, da maneira como as medidas foram colocadas no papel, em sua versão original, a ampliação do ensino superior público levaria a uma queda da qualidade do ensino. Um dos pontos críticos seria a relação de 18 alunos por professor imposta pelo Decreto. "Esse percentual só leva em conta a graduação e na Ufrgs, hoje, um terço dos alunos são da pós-graduação", argumenta.

Para Fonseca, as universidades que têm pós-graduação forte e trabalham muito com pesquisa seriam punidas com essa relação. Até mesmo na graduação, dependendo do curso, 18 alunos seria muito para um professor, como no caso da Medicina, da Odontologia e da Música, entre outros. "Como é que se dá aula de piano para 15 alunos ao mesmo tempo?", indaga. Na opinião do vice-reitor, o decreto tem que levar em conta esse fator, caso contrário estaria apenas massificando o ensino.

Outro problema estaria no que o Decreto Reuni chama de "profissionalização precoce e especializada", onde sugere a criação de um ciclo básico. Segundo Fonseca, essa experiência já foi vivida pela Ufrgs e fracassou. Além do mais, a universidade, tem uma tradição profissionalizante e o que mais empolga os alunos é o contato com a profissão. "Imagine uma pessoa estudar três anos e dizer no mercado de trabalho que não está formada em nada. Pelas conversas que se tem aqui na Ufrgs existe uma grande rejeição a essa proposta", revela. Embora esses detalhes estejam sendo negociados com o MEC, Fonseca se mostra pessimista em relação a grandes alterações. "Os reitores estão divididos e tem sido difícil convencer o governo", justifica.



Clarissa Pont

FONSECA: Como está, o Reuni só vai massificar o ensino

Em relação à principal meta do Reuni, ampliar o acesso à universidade pública e assegurar a permanência dos alunos, Fonseca diz que a Ufrgs já vem trabalhando nesse sentido há algum tempo. Um exemplo é o Programa Pró-Cálculo, desenvolvido pelo Instituto de Matemática, que tem como finalidade dar um suporte extra aos alunos que apresentam dificuldade nesta disciplina. Ele cita ainda o ingresso extra-vestibular, que é uma política da Ufrgs de total aproveitamento das vagas, a criação de novos cursos noturnos e a ampliação da assistência estudantil.

A direção da Ufrgs está também de comum acordo com o Decreto Reuni no que diz respeito à mobilidade estudantil entre as Ifes. Isso significa que um estudante da Ufrgs poderá cursar algumas disciplinas em outras federais e vice-versa. Ele acredita que essa mobilidade pode ser estendida, futuramente, para universidades estrangeiras e para as nacionais da rede privada.

Professor Equivalente

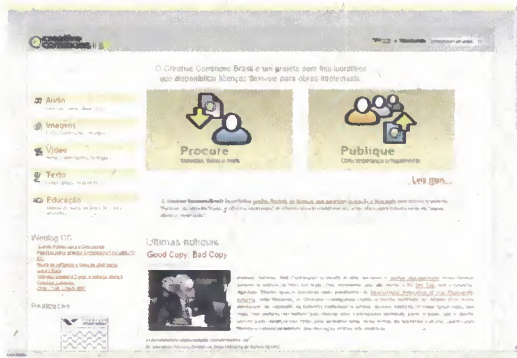
A portaria interministerial número 22, que institui o banco de professores-equivalente, traz duas grandes vantagens que atendem a reivindicações antigas de reitores, pró-reitores de Planejamento e do movimento docente, na opinião do vice-reitor da Ufrgs, Pedro Fonseca. Uma delas é a liberdade para contratar professores. "Hoje, é preciso ter autorização do MEC para cada vaga a ser preenchida", lamenta. Segundo ele, com o banco de professores-equivalente a universidade poderá contratar e escolher o regime de trabalho, 20 horas, 40 horas ou Dedicação Exclusiva (DE). "Isso permite que se possa planejar, o que é fundamental para a autonomia universitária", observa Fonseca.

As críticas à referida portaria giram em torno de dois pontos específicos. Primeiro que foi tomado como base de cálculo o número de professores existentes em dezembro de 2006, quando todas as universidades estavam em baixa, uma vez que, em virtude do período eleitoral, as contratações só podiam ser feitas a partir de 2007. Segundo, o fator de multiplicação sugerido para o cálculo em relação ao professor substituto 20 horas (0,4) e 40 horas (0,8) é considerado baixo. No caso da Ufrgs, em que um quinto do total de docentes é formado por substitutos, a universidade comprometeria a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Mais otimista com esta negociação, Fonseca disse que o MEC já aceitou considerar como base o número de professores em maio de 2007 e também concordou em aumentar o fator de 0,4 para 1,0. E ainda deu abertura para uma revisão de dados nas universidades, que se encontravam defasados. Isso tudo significaria para a Ufrgs, segundo o vice-reitor, um aumento significativo no banco. "Do jeito que estava inviabilizaria a expansão, ainda que o governo diga que esta virá através do Reuni. Mas se for contornado, tudo está resolvido", conclui.

EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO

Reconstrução do aspecto colaborativo da cultura



Espaço de troca e criação, o *Creative Commons* (CC) foi criado em 2001 nos Estados Unidos por causa do Mickey Mouse.

Explica-se: a imagem do rato estaria sob domínio público a partir de 1998, não fosse uma mudança na lei estadunidense criada apenas para garantir o personagem, uma vez que a lei do direito autoral protege qualquer obra por prazo limitado. Devido à pressão da Disney e de outras empresas, o prazo de proteção foi ampliado por mais 20 anos. Na época, Lawrence Lessing e um grupo de advogados questionaram a atitude na Justiça como inconstitucional. Perderam, mas, diante da derrota, um número expressivo de criadores passou a querer jogar com outras regras, e Lessing elaborou a ideia do CC.

O Brasil foi o terceiro país a aderir, depois do Japão e da Finlândia. "Ao final do primeiro ano comemoramos um milhão de obras licenciadas. Atualmente, o CC está em 50 países e tem 145 milhões de obras", informa Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia da Fundação Getúlio Vargas e do *Creative Commons* no Brasil. "O CC é um modelo de licenciamento, um jeito de um criador intelectual dizer para a sociedade que ele não se importa com alguns usos de sua obra. Cabe a cada um escolher quais são esses usos", explica Lemos.

As buscas são simples e direcionadas e há regras tanto para quem busca, quanto para quem disponibiliza. Por exemplo, um fotógrafo pode licenciar em CC uma imagem, mas garantir que ela seja utilizada apenas

para fins não comerciais, ou apenas por sindicatos.

"O Commons é a ferramenta jurídica para reconstruir o que essas mudanças da propriedade intelectual nos últimos 15 anos desconstruíram: o aspecto colaborativo da cultura. E há outro tipo de *Commons* pronto e operando em regime de compartilhamento, que são a música que emerge das periferias, o cinema nigeriano, os fenômenos de empreendedorismo solidário, como as *lan houses*", cita Lemos.

Ele lembra que o lugar onde as pessoas de baixa renda acessam a internet é justamente nestes espaços pagos, espalhados pelas favelas do Brasil. Na Rocinha há pelo menos 50; na Cidade de Deus, 20. "É um fenômeno que nasce de baixo para cima graças ao empreendedorismo isolado. As *lan houses*, mesmo pagas, ficam mais cheias do que os locais dos programas do governo de acesso à internet. Porque na *lan house* pode-se acessar Orkut, Flogão, Fotolog, e no telecentro, não", explica. Segundo pesquisa do Ibope, dos 6 milhões de pessoas que acessam a internet de lugares públicos no Brasil, 1,6 milhão são de lugares governamentais e 4,4 milhões de *lan houses*. "É uma discussão única, com o objetivo de dar autonomia para a sociedade se tornar produtora de cultura, informação. Isso tem consequências brutais para a democracia, para a ideia de governabilidade, de Estado", analisa.

CULTURA INTERATIVA

www.overmundo.com.br



O conteúdo de cultura é interessantíssimo e é a própria comunidade deste site que decide o que é publicado ou não. Cem por cento das matérias são geradas pelos usuários, como áudio, fotografias e filmes. Tudo que entra no Overmundo vai para a fila de edição, onde por 48 horas recebe sugestões. Depois, o conteúdo vai para a fila de votação e, por mais 48 horas, fica à espera de receber votos de quem gostou.

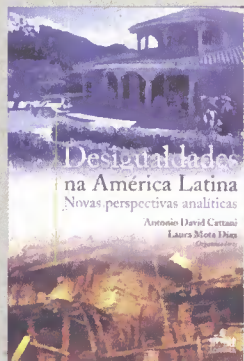
FOTOS PÚBLICAS

www.radiobras.gov.br



Qualquer foto disponibilizada pelo site de notícias do Governo pode ser utilizada em jornais, revistas, materiais acadêmicos ou qualquer outro veículo. A única exigência é o crédito do fotógrafo, seguido da sigla ABr. Após acessar o site da Radiobrás, deve-se procurar no canto superior esquerdo da tela o link para a Agência Brasil, onde está o arquivo fotográfico.

Desigualdades Sociais na América Latina Novas Perspectivas Analíticas



**Antonio David Cattani
Laura Mota Djaz
(organizadores)
Editora da Ufrgs
264 páginas
R\$ 10**

Neste livro, qualificados cientistas sociais latino-americanos interpretam as questões da desigualdade, da pobreza e

da exclusão nas sociedades da América Latina em suas várias dimensões como precarização do trabalho, pobreza urbana, os novos pobres e a ruptura dos laços sociais. Apresentam também algumas alternativas, como a reconstituição de formas de geração de renda, a configuração do capital social – mediante redes de solidariedade – e os processos pelos quais emergem ações coletivas capazes de forjar esperanças aos excluídos pelo modelo hegemônico de globalização.

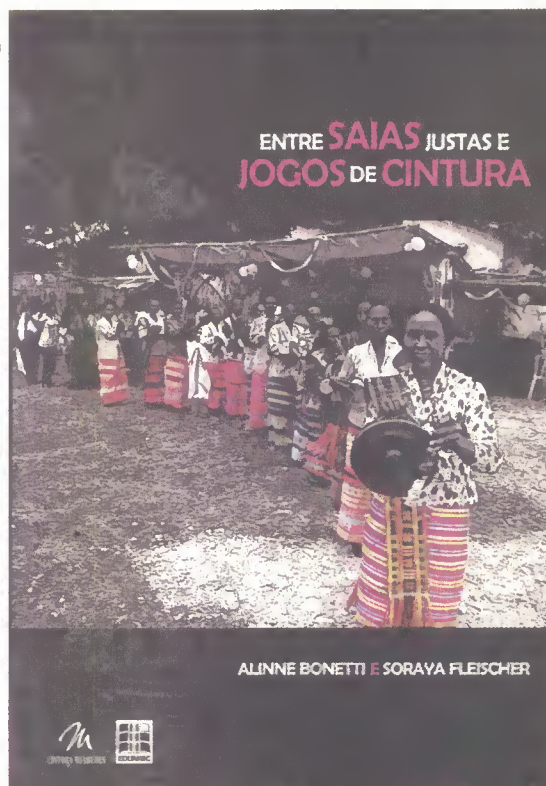
Residência Solidária Ufrgs vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social



**Rosinha Machado Carrion
Igor Vinícius Lima Valentim
Beatriz Centenaro Hellwig
(organizadores)
Editora da Ufrgs
208 páginas
R\$ 10**

Este livro é a expressão de uma rica experiência adquirida ao

longo de um processo envolvendo tanto a cuidadosa preparação teórica dos residentes do projeto Residência Solidária quanto a prática destes junto a unidades de reciclagem de lixo. Em um duplo movimento complementar bastante enriquecedor, a exposição das linhas teóricas que orientaram a pesquisa ordena, aqui, as experiências descritas e lhes dão um sentido. Esses mesmos dados concretos colocam o trabalho a salvo do risco das lucubrações estéreis, indevidamente destacadas das vivências do pesquisador.



Entre Saias Justas e Jogos de Cintura

**Alinne Bonetti e Soraya
Fleischer
Editora Mulheres e
Edunisc
370 páginas
R\$ 59**

O livro reúne experiências de 12 antropólogas, vivenciadas durante seus trabalhos de campo em várias localidades do Brasil, além da Argentina, Cabo Verde e Timor Leste. São histórias que revelam situações completamente inusitadas em que as pesquisadoras se viram dentro de uma “saia justa” e precisaram de muito “jogo de cintura” para se sair bem.

A idéia de reunir inúmeras dessas histórias em um livro surgiu quando as autoras faziam trabalho de campo em Recife e Olinda, Pernambuco. A proposta foi lançada na internet para amigos e conhecidos da área com o pedido de que passassem adiante. “Desde o início, o projeto tem um quê ensaístico. Nunca havíamos feito isso antes. Cada passo foi aprendido na prática”, conta Alinne Bonetti na entrevista de abertura do livro. Ao todo, receberam 72 mensagens com as mais variadas perguntas que ajudaram a definir melhor o foco do livro. “Apareceram pessoas genuinamente interessadas em conhecer

o perfil do livro. Mas também, surgiram outras, mais agressivas, que nos acusaram de sexistas, de geracionistas, de corporativistas”, relata Soraya Fleischer. Chegaram afinal 28 textos, entre os quais selecionaram 12 que mais se aproximaram da proposta. Estes foram reenviados às autoras com sugestões de mudanças e novamente revistos. “Nosso objetivo era tornar o livro cada vez mais ‘redondinho’, consistente, bonito, bom de ler”, conta Soraya.

Segundo Alinne, a obra não é um manual com dicas de problemas e soluções. É possível caracterizar os textos como uma meta-etnografia; ou seja, “uma narrativa-reflexão sobre diferentes aspectos do fazer etnográfico mais do que simplesmente um inventário das vicissitudes e as suas soluções correspondentes. Os textos nos ensinam que fazer etnografia é, sobretudo, formular perguntas”. Nesse livro, problematiza-se, mas especificamente, como os atributos de gênero e geração influenciaram as “saias justas” e os “jogos de cintura” encontrados em campo, justamente pelo fato de serem mulheres em processo de formação acadêmica.

O que é **MPB**? Há quem a defina como um gênero musical que pertence a um grupo seleto de compositores. Sendo assim, se Chico ou Caetano decidissem compor e interpretar música sertaneja, axé ou pagode, essas supostas composições, embora completamente fora do estilo de ambos, passariam a ser MPB. “Eu discordo, acho que isso é redutor”, rebate Ricardo Vilas, cantor e compositor brasileiro que atualmente pesquisa a etnografia musical brasileira em trabalho de mestrado na França.

por **Maricélia Pinheiro**

Em fronteiras



Para Vilas, o conceito de MPB é instável e relativo. Enquanto uns dizem que é propriedade de alguns compositores que se identificaram com esse formato, outros dizem que se refere a alguns gêneros. “Eu tento, no meu trabalho, definir mais ou menos uma fronteira”. Mas essas fronteiras, esclarece, também se transformam com o tempo, por isso ele propõe que seja MPB toda música que se reivindica como tal e que é reconhecida pelo público. “Tem gente que acha que o rock Brasil é MPB, porque na verdade a MPB não tem paradigmas estéticos, tanto pode ser a música do Nordeste, quanto a do Rio de Janeiro. Até o Djavan, que sem qualquer dúvida é MPB, tem uma identificação com a música norte-americana muito grande”, argumenta. Sobre a diferença entre MPB e Música Popular Brasileira, ele diz que a primeira é uma sigla com um conceito determinado, enquanto a segunda é toda aquela feita no Brasil, da modinha ao pagode.

E ao falar sobre esse ou aquele estilo de música, o cantor e compositor dá lugar ao pesquisador, para quem política e música andam sempre de mãos dadas. “A MPB surgiu oficialmente em 1964, no bojo da música engajada, da música de resistência, dos grandes festivais”, recorda Vilas, que cumpriu exílio na França de 1969 a 1979. Interrogado se existe música com conotações políticas hoje em dia no Brasil, ele aponta o *hip-hop* como o estilo que mais trata do tema atualmente, embora de maneira distinta do que foi a MPB. “Vejo a música como um processo social. Naquele momento histórico surgiu um conceito de música nacional brasileira que resistia à ditadura e ao imperialismo, com um fator identitário muito forte. Ao mesmo tempo reunia uma diversidade musical, tanto de gênero, quanto

de localização geográfica, quanto de origens étnicas. E essa diversidade se mantém até hoje”, analisa.

Na tentativa de definir fronteiras, Vilas separa da MPB os ritmos e composições mais específicos, como o chorinho, o samba, o pagode, a música sertaneja. Isso porque, para ele, MPB significa diversidade e, acima de tudo, a vontade do artista de se autodefinir como MPB. “Música sertaneja não é MPB porque Zezé di Camargo e Luciano, Xitãozinho e Chorocho, entre outras duplas, não se propõem a ser MPB. A Tropicália, embora tenha surgido para questionar a MPB, acabou se posicionando dentro dela. A Bossa Nova é uma das componentes da MPB. Para uso externo, a música identitária do Brasil é a MPB”, ressalta.

MPB x Jovem Guarda

A “guerra” travada entre a MPB e a Jovem Guarda ilustra bem a forte polarização política da época, reflexo da Guerra Fria. E é aí que Vilas insiste na tese que não dá para separar música e política. “No momento em que a MPB se firmou como conceito, tinha-se o outro. Ou seja, tudo que não era MPB, era Jovem Guarda. A MPB era nacional, a Jovem Guarda fazia versões de músicas estrangeiras. A MPB era engajada, a Jovem Guarda alienada. A MPB tinha um público de classe média, universitário, enquanto a Jovem Guarda tinha um público popular, de baixa escolaridade. A Jovem Guarda era brega, a MPB era sofisticada”, analisa.

O comportamento da mídia e do mercado em todo esse processo, de acordo com a análise do pesquisador, foi fundamental para fortalecer as fronteiras entre MPB e Jovem Guarda, na medida em que alimentavam a polêmica. “Havia na época as tevês Excelsior e Record, que tinham programas musicais. Não havia ainda a transmissão ao vivo, era gravado e depois transmitido para o Brasil inteiro, como os festivais. A mesma Record transmitia ‘O Fino da Bossa’ apresentado por Jair Rodrigues e Elis Regina, que lançava tudo que era MPB, e o ‘Jovem Guarda’”, conta.

A “briga” entre Jovem Guarda e MPB levou a excessos como uma passeata contra a guitarra elétrica, em São Paulo, em 1967, liderada por Gilberto Gil e Elis Regina. “Anos depois o Gil fez o ‘Domingo no Parque’, com guitarra elétrica e tudo. Ele chegou a dizer que foi instrumentalizado pela TV Record para liderar a passeata. Porque eles usavam os artistas assim, criavam brigas entre Nara Leão e Elis Regina, faziam isso para estar sempre na linha de frente”, relembra. Um fato curioso para o qual Ricardo Vilas chama a atenção é que a MPB, embora tenha surgido para contestar o sistema, acabou fazendo parte dele, porque representava um produto cultural rentável. “Os artistas da MPB davam muito dinheiro para as televisões, para as gravadoras, eles eram populares”, recorda o compositor, que naquela época iniciava sua formação musical, fortemente influenciada pela MPB.

A prisão e o exílio

Entre os 15 presos políticos libertados em setembro de 1969, em troca do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil Charles Burke Elbrick, estava o jovem Ricardo Vilas. Deportado para o México em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), seguiu depois para Paris, onde ficou exilado até a anistia, em 1979. Foi na prisão, entre maio e setembro de 1969, que surgiram as primeiras composições. De volta ao Brasil, trabalhou 10 anos na Rede Globo compondo trilhas sonoras para novelas e para o Sítio do Picapau Amarelo. Final da década de 80, decide voltar para a França. “Voltei porque surgiram oportunidades muito boas, mas tenho tentado cada vez mais desenvolver minha carreira no Brasil, ficar mais tempo aqui e menos lá”, conta saudoso.

A censura do mercado

Vilas não afirma categoricamente, mas deixa escapar nas entrelinhas de nossa conversa no café “Palavriaria”, que justamente essa censura do mercado brasileiro, essa pressão para que os compositores produzam músicas comerciais, o mandou de volta para a França no final da década de 80. Esse cerceamento do mercado, ele considera pior do que a censura no período militar. “Naquela época se podia criar estratégias para burlar a censura. No Brasil, por exemplo, a censura fez com que se desenvolvesse uma linguagem de metáfora muito interessante. Chico Buarque foi o rei das metáforas. Nesse período tivemos uma produção cultural muito intensa”, recorda.

Para conseguir espaço nas gravadoras brasileiras, segundo Vilas, é preciso compor dentro de um formato específico, definido pelo mercado. Ele não nega que na Europa, em geral, isso também ocorra, mas devido ao maior poder aquisitivo da população, há também lugar para a música alternativa. “No Brasil, quando se faz um espetáculo de médio porte é muito difícil pagar os custos e ganhar algum dinheiro apenas com a arrecadação da bilheteria, é preciso ter patrocínio. Enquanto que, na Europa, é possível financiar o espetáculo com a bilheteria. Isso faz uma diferença muito grande”, compara.

O governo Lula e a vitória de Sarkosi

Militante do Partido dos Trabalhadores, Vilas admite que o governo Lula “não está sendo exatamente o que imaginávamos”.

“Há muito que melhorar, mas avançamos em relação ao FHC. Muita coisa da superestrutura mudou”, defende. Para o músico, a eleição de Nicolai Sarkosi, na França, representa “um retrocesso” para toda a Europa. “Em seu discurso, Sarkosi dizia representar uma ruptura em relação ao governo anterior, mas na verdade ele é a continuidade, porque já era ministro do interior, foi ministro da economia, e é o presidente do partido do governo”, observa. O compositor acredita que o atual governo da França deve seguir a mesma linha de precarização dos direitos sociais. Sobre um possível aumento da xenofobia, ele diz que a Europa, como um todo, já está protegendo suas fronteiras, evitando a imigração, sobretudo da África e dos países árabes.

Há dois símbolos importantes, na opinião de Vilas, que devem ser o alvo da direita francesa. Um deles é o chamado estatuto para os intermitentes do espetáculo, uma espécie de seguro-desemprego que é pago aos artistas desempregados. “Eles argumentam que o regime é deficitário, mas só conseguem ver a relação entre cotização e benefício pago. Não consideram o que uma atividade cultural traz de retorno, como a projeção para o mundo da cidade que sedia o evento, o aumento da circulação de bens e serviços, entre outros benefícios”, avalia.

Outra conquista simbólica que a direita francesa quer destruir, segundo Vilas, é a jornada de 35 horas semanais, uma medida pioneira no mundo. “Nada mais justo que os assalariados também se beneficiem dos avanços tecnológicos, ganhando tempo livre para outras atividades. E essa redução da jornada de trabalho gerou mais demanda no setor de serviços, especialmente os relacionados ao turismo, como hotéis, restaurantes. Porque quanto mais tempo livre as pessoas têm, mais gastam em outros setores”, argumenta. Mas o patronato francês, sob a alegação que essa redução inviabiliza o crescimento da economia, estaria mesmo decidido a lutar junto ao

governo pelo aumento da jornada. Para Vilas, Nicolai Sarkosi “representa isso tudo, o que é bem claro para a população mais excluída”.



Da música para as telas

Ricardo Vilas esteve em Porto Alegre em maio, para o lançamento de seu mais recente CD, “Meu Caro Amigo”, uma homenagem à canção de Chico Buarque e Francis Hime, e do filme “Hércules 56”, do qual é personagem. O documentário de Silvio Dá-Rin fala da troca de 15 prisioneiros políticos pelo embaixador americano, seqüestrado por grupos da luta armada em setembro de 1969. O medo de serem jogados no mar, a chegada ao México e a posterior visita a Cuba, onde foram recebidos por Fidel Castro como heróis, são histórias relatadas no filme por alguns presos libertados, como o próprio Vilas, os ex-deputados José Dirceu de Oliveira e Vladimir Palmeira e o jornalista Flávio Tavares. Ajudam também a recontar a história, idealizadores do seqüestro como o historiador Daniel Aarão Reis e o jornalista Franklin Martins.



Pelo direito de dormir e brincar

As crianças chinesas têm agora o direito de dormir e de brincar garantido por lei, uma conquista importante, levando-se em conta que metade dos 300 milhões de menores chineses vive sob uma pressão acadêmica tão forte que chega a tirar o sono.

A norma é uma revisão da Lei de Proteção de Menores de 1991, promulgada pela China um ano após sua adesão à Convenção de Direitos das Crianças da ONU. Segundo um recente estudo da empresa de consultoria Horizon Research, as crianças chinesas sofrem com a feroz competição que vive o país mais povoado do mundo. A sua carga média de aulas extras chega a 3,7 horas semanais. As aulas de inglês ocupam o tempo de 64% dos entrevistados; 29% estudam dança, piano e violino; 25%, artes plásticas. São atividades que eles não escolheram, assim como o tae-kwon-do e outras artes marciais, esportes preferidos pelos pais, que consideram que a preparação



escolar não é suficiente. Em consequência, mais da metade das crianças chinesas afirma que o que mais deseja fazer no seu tempo livre é dormir. "As crianças devem ter tempo para dormir, se divertir e praticar esportes", diz a nova norma, que representa uma mudança radical em relação à tradição chinesa e à situação atual.

[Fonte: EFE]

MTE edita portaria contra discriminação

A Portaria nº 41 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) proíbe que empregadores solicitem de seus empregados ou candidatos a uma vaga documentos tipo certidão negativa de reclamatória trabalhista, testes, exames, perícia, laudo, atestado ou declaração que identifiquem esterilização ou gravidez. Também são consideradas discriminatórias anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que desabonem o profissional e que se refiram ao sexo ou orientação sexual, estado civil, origem, raça, cor, idade, situação familiar, desempenho profissional ou comportamento. A iniciativa do MTE segue recomendações do Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Igualdade no Trabalho: Enfrentando desafios", no que se refere à criação de uma legislação mais rigorosa e uma aplicação mais eficaz. O relatório adverte ainda para a exigência de exames que comprovem predisposição genética para doenças como uma forma emergente de discriminação. Há denúncias de alguns casos de empregadores que demitiram seus profissionais por algum histórico de doença na família. Existem situações que já estão sendo analisadas pela Justiça.

Trabalho Infantil

No Brasil, cerca de 3 milhões de crianças e jovens de até 16 anos trabalham, de acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na maioria das vezes, são meninas obrigadas a lavar, passar e cozinhar ou cuidar de crianças menores do que elas. Para combater essa prática o governo deve ampliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que hoje atende 872 mil crianças. O Peti paga à família R\$ 40 por cada criança que deixe de trabalhar e volte aos estudos. A criança também deve participar de uma atividade no horário em que não estuda – a chamada jornada ampliada. Os municípios recebem ainda R\$ 20 por criança para ajudar no projeto. Se a família estiver cadastrada no programa Bolsa Família, o valor sobe para R\$ 95. Isso porque, no ano passado, o cadastro do Peti foi integrado ao do Bolsa Família, que é mais completo e fornece mais informações sobre a situação desses menores. A meta do governo é retirar, até o final do ano, 1,5 milhão de crianças do trabalho infantil. A denúncia de trabalho infantil deve ser feita pelo telefone 0800-707-2003.

[Fonte: Agência Brasil]

Legislativo custa R\$ 117,42 por ano para cada brasileiro

Para manter funcionando o Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, o brasileiro que mora nas capitais gasta, em média, R\$ 117,42 por ano. Desse total, a Câmara dos Deputados custa R\$ 18,14 e o Senado Federal sai por R\$ 14,48 por habitante. O estudo foi divulgado recentemente pela ONG Transparência Brasil. Segundo o estudo, a fatia do Orçamento Geral da União destinada ao Congresso Nacional (R\$ 6,1 bilhões) chega "perto de equivaler" à soma do orçamento destinado ao Legislativo em todos os estados e capitais do País (R\$ 6,4 bilhões). O Senado Federal, de acordo com o levantamento, é a casa legislativa que tem o orçamento mais confortável por parlamentar: seus R\$ 2,7 bilhões anuais correspondem a R\$ 33,4 milhões para cada um dos 81 senadores. Na Câmara dos Deputados, o gasto seria de R\$ 6,6 milhões para cada um dos 513 parlamentares.

[Fonte: Agência Brasil]

a história

DE QUEM FAZ

Cristina Lima



2003

Baile de 25 anos da Adufrgs, no Clube Farrapos, reuniu professores da Ufrgs de várias gerações. Na ocasião, foram homenageados todos os que já presidiram a entidade que nasceu em 1978, em meio à luta pela anistia e pela democratização do País e da Universidade. Entre as atividades de comemoração, foi lançado o livro "Adufrgs 25 anos: história e memórias", uma coletânea de

fotos, textos e depoimentos que revelam a coragem, o espírito combativo e o grau de engajamento dos professores da Ufrgs.

No dia 19 de junho de 2007 começou a contagem regressiva para a celebração dos 30 anos da Adufrgs, que pretende, nesta data, ter chegado à marca de 3 mil sócios.





Arte sobre fotos de Clarissa Pont e Fabrícia Osana

